



ACÓRDÃO Nº1055/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11801/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Fernando Paiva Pires Junior (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2875/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Fernando Paiva Pires Junior**, responsável pelo Subcomando de Ações de Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas – SUBCOMADEC, no curso do exercício 2017, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual n.º 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Fernando Paiva Pires Junior** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos dos art. 1º, XXVI, 52, 53, parágrafo único, e 54, *caput*, da Lei n.º 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VII da Resolução n.º 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), diante do fato de que, embora as contas tenham sido consideradas regulares com ressalvas, há impropriedades identificadas e consideradas não sanadas: a ausência de encaminhamento a esta Corte de Contas da pesquisa de preços no mercado (no mínimo três propostas), em cumprimento ao art. 40, § 2º, II e art. 43, IV, da Lei nº 8.666/1993, nas Contratações da empresa Naverio Navegação do Rio Amazonas LTDA., sem cobertura contratual,



ACÓRDÃO Nº1055/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

com pagamentos a Título de Indenizações (Natureza de Despesa 33909301), no montante de R\$ 155.000,00 e de R\$ 90.000,00, conforme informadas no Relatório Conclusivo da DICAD e no Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Fernando Paiva Pires Junior no valor de R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), com base no art. 1º, XXVI, 52 e 54, IV, da Lei n.º 2423/1996 c/c o art. 308, II, "a", da Resolução TCE/AM n.º 04/2002, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência ou decisão do Tribunal, referente à omissão em responder às notificações remetidas por esta Corte de Contas, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Determinar** que seja recomendado ao Governador do Estado do Amazonas e à Controladoria Geral do Estado – CGE, que tomem as medidas cabíveis para o aparelhamento do controle interno do Estado, conforme determina a Constituição Federal/1988, para que não se repita a situação em que, quando órgãos solicitam auditoria da CGE, esta não pode emitir relatório em razão de ausência de pessoal suficiente.

- 10.5. Determinar** que seja recomendado ao atual gestor do SUBCOMADEC que faça um estudo quanto às situações emergenciais comuns anualmente, especialmente aquelas decorrentes da cheia e vazante dos



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº1055/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

rios, que geram despesas repetidas a cada ano, de forma a realizar previamente as licitações necessárias ao atendimento dessas situações que, consideradas isoladamente parecem emergenciais, mas que consideradas globalmente são, na verdade, comuns.

10.6. Arquivar o processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Novembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral